

**A expansão da pós-graduação e a modalidade de mestrados profissionais:
como transcorreu a evolução da oferta?ⁱⁱⁱ**

The expansion of postgraduate studies and professional master's degrees: how did the offer evolved?

Arlete Maria Monte de Camargo
Mary Ellen Costa Moraes
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém - PA
Antonia da Costa Andrade
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Macapá – AP

Resumo

Este artigo analisa os mestrados profissionais, novas arquiteturas acadêmicas no contexto da pós-graduação *stricto-sensu* brasileira, impactadas por uma agenda ultraliberal que afetou sobretudo as instituições de educação superior públicas. Realizou-se análise de marcos regulatórios que introduziram mudanças no campo discursivo da educação superior, além do levantamento e da análise dos dados estatísticos durante dez anos nos sites GeoCapes quanto às categorias: organização acadêmica, área de avaliação, status jurídico e região brasileira. Os resultados apontam para a manutenção da oferta nos diferentes segmentos com discreta redução no ano de 2022.

Palavras-chave: Educação superior; Pós-graduação; Mestrados profissionais.

Abstracts

The article analyses professional master's degrees, new academic architectures in the context of Brazilian *stricto-sensu* postgraduate studies, impacted by an ultraliberal agenda that has mainly affected public higher education institutions. An analysis was carried out of the regulatory frameworks was carried out, which introduced changes in the discursive field of higher education, in addition to the collection and analysis of statistical data over a ten-year period on GeoCapes websites regarding the categories: academic organization, area of evaluation, legal status and Brazilian region. The results indicate the maintenance of supply in the different segments with a slight reduction in 2022.

Keywords: Higher education; Postgraduate; Professional master's degrees

1. Considerações iniciais

A expansão da educação superior no Brasil, fenômeno que tem se intensificado desde o final do século XX, tem sido marcada por constantes mudanças no tocante ao entendimento sobre o papel do Estado, o que gerou inúmeros tensionamentos quanto aos limites dessa expansão em face da necessidade de reorganização do capitalismo, em sua nova fase, o capitalismo global. (Cabral Neto, 2012; Silva Júnior; Kato, 2015).

Novas regulações foram estabelecidas para a consolidação de um modelo de gestão empresarial nas políticas públicas, em especial nos sistemas educacionais, o que contribuiu para a concepção de um projeto de educação concebida não mais como um bem, e, sim, como um serviço, cimentando o caminho para a ampliação do processo de privatização desse nível de ensino, com o redesenho do Estado brasileiro, privilegiando estratégias de regulação e avaliação no campo educacional. (Maués, 2009; Lessard; Carpentier, 2016).

De modo geral, os governos democráticos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-agosto 2016), Michel Miguel Elias Temer Lulia (agosto de 2016-2018), Bolsonaro (2019-2022) e Lula da Silva (2023- atual) adotaram o fomento à educação superior privada, com a utilização de recursos financeiros do Fundo Público.

Essa lógica privatizante na educação superior se intensificou nos anos de 2016 e 2017 com o impeachment de Dilma Rousseff, motivado por um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais. Michel Temer, vice-presidente, ao assumir o governo, procurou seguir as diretrizes expressas pelo documento aprovado em 2015 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB - “Uma ponte para o futuro”, o qual sinalizava para a preservação da economia brasileira e a viabilidade de seu desenvolvimento, de modo a criar políticas sociais destinadas ao combate eficaz da pobreza e à criação de oportunidade para todos.

Nesse contexto de reformas, segundo o orçamento das universidades federais de 2000 a 2022, disponível no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), do Ministério do Planejamento, o estudo do Sou_Ciênciaⁱⁱⁱ, com valores corrigidos pela inflação, revela que o recurso destinado à manutenção, custos com pessoal e investimentos para pesquisa e educação apresentou um

arrefecimento de, em média, R\$93 milhões por universidade para R\$77 milhões (redução de 17,2%). O orçamento exhibe um cenário de queda gradativa no governo Dilma, Temer e Bolsonaro.

Nos últimos 20 anos, o governo Bolsonaro destacadamente foi o que mais cortou recursos nas áreas de produção social, cultural e científica, cujo total de pagamento de servidores das universidades federais em 2022 foi R\$ 46 bilhões – uma redução de 13% do valor pago em 2019, que foi R\$ 52,8 bilhões.

É importante verificar como esse desmonte ocorreu durante o governo Bolsonaro, sob a ótica teórica do desmantelamento orçamentário das políticas públicas e do avanço da nova direita no Brasil, que vem ganhando força e não se restringe aos acontecimentos que marcaram a destituição da presidente Dilma Rousseff.

Ressalta-se que a nova direita é um movimento de reorganização das classes dominantes. Para Casimiro (2018), ela lançou suas raízes em meados dos anos de 1980, com a fundação do Instituto Liberal, composto por frações da burguesia fluminense e de intelectuais ligados à Fundação Getúlio Vargas. De lá para cá, outros grupos foram constituídos na década de 1990, destacadamente o Instituto Millenium e o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE). Essas forças continuam disputando a hegemonia no atual governo, inclusive em relação às políticas educacionais, por exemplo, o conglomerado de empresas e bancos privados representados pelo Todos pela Educação.

Com relação à garantia do direito à educação, segundo balanço do PNE 2024, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação atesta que somente 4 dos 38 dispositivos de metas foram cumpridos. A meta que trata do financiamento da educação, que impacta todas as demais metas, não foi alcançada, pois houve uma aplicação de apenas 5% do PIB em educação pública e de 5,5% em educação ao todo.

Nesse cenário, o Projeto de Lei 2614/2024 que trata do Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos (2024-2034), ainda no Congresso Nacional, deveria se constituir, estrategicamente, com indicações de superação desses retrocessos, entretanto, para o orçamento da educação pública, não se obteve êxito.

*A expansão da pós-graduação e a modalidade de mestrados profissionais:
como transcorreu a evolução da oferta?*

Por sua vez, o PNE atual previa até o quinto ano de vigência 2019, cuja meta deveria ter sido ampliada para 7% do PIB, porém não aconteceu. No entanto, o PNE proposto indica até o sexto ano. Portanto, visualiza-se a continuidade nos próximos anos de um contexto de crise para os investimentos em educação.

Convém lembrar, nesse contexto de (des)investimento proposto no novo Plano Nacional de Educação, que a continuidade da expansão da educação superior está comprometida pelos desdobramentos da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Brasil, 2016), a qual limita por 20 anos os gastos públicos a partir de 2018, logo, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Sobre o assunto, a pós-graduação nas universidades brasileiras tem se reorganizado sobretudo pelo fato de a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) assumir na reorganização da pós-graduação no país, e de o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) exercer papel indutor da pesquisa aplicada, mediante editais, convênios e fundos, além do trânsito entre o setor produtivo (mercado) e a academia, por meio de seus pesquisadores.

Segundo Sguissardi e Silva Júnior (2018, p. 198), esses movimentos “convergem entre si no contexto da mundialização de capital que acentua a violência em que resulta esse processo de efetiva reforma da universidade” com a supervalorização da pós-graduação, em detrimento das atividades na graduação, e a consequente intensificação no trabalho do professor e pesquisador.

Na realidade brasileira, além da consolidação dos mestrados e doutorados acadêmicos, a diversificação da oferta na pós-graduação *stricto sensu* tem se manifestado a partir da criação dos mestrados profissionais, instituídos com a Portaria Nº 080, de 16 de dezembro de 1998, ratificada posteriormente pela Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Em 2017 (Portaria nº 389), foram criados os doutorados profissionais, os quais, ao lado dos mestrados profissionais, caracterizam-se, de modo geral, pela maior aproximação com o mercado de trabalho (Moraes, 2023).

Em 2019, a Portaria MEC/CAPES nº 60, de 20 de março de 2019, reforça o processo de oferta dos cursos *stricto sensu* profissionais, instituindo diretrizes para

regulamentação da oferta de novos cursos e consolidando um formato acadêmico caracterizado por novas arquiteturas acadêmicas. Segundo Dal Pai Franco e Morosini (2017, p. 21), elas se constituem nos “espaços e/ou modos, formalizados ou não, nos quais os compromissos finalísticos e processuais da Educação Superior (ES) são concretizados”, tendo em vista os marcos regulatórios definidores dessa modalidade de pós-graduação.

Recentemente o contexto das políticas neoliberais se acentuou ainda mais, diminuindo o parco investimento destinado à pós-graduação, sobretudo com a viabilização de reformas e os cortes de recursos nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2018-2022), neste com intensidade. E, embora com a eleição do governo Lula da Silva, ainda não foi possível a reversão dessa situação.

Em 2019, no trabalho apresentado na 39ª Reunião Anual da Anped, na cidade de Niterói, “procurou-se ampliar a compreensão e análise dessa oferta de pós-graduação *stricto-sensu*, no que diz respeito às categorias administrativas, áreas de concentração, à organização acadêmica e localização dessa oferta em regiões brasileiras.” Naquela ocasião, foi possível prever a continuidade da expansão dessas novas arquiteturas acadêmicas, como é o caso dos mestrados profissionais.

Assim, em um contexto de intensificação das políticas neoliberais, que, para Amaral (2020), assumem um caráter ultraliberal, procurou-se neste artigo realizar um balanço de como essas recentes políticas afetaram particularmente os mestrados profissionais, no período de uma década (2013 a 2022), elegendo-se como referência o trabalho (Autor, 2019) mencionado.

Além dos elementos introdutórios, este texto inclui as principais tendências observadas nos últimos anos na educação superior brasileira que contribuem para a constituição de um cenário diferenciado em relação àquele apresentado em 2019, além de evidências empíricas e de análises que sinalizam a continuidade da expansão, em um ritmo diversificado, mesmo com toda política econômica recessiva.

2. Tendências na educação superior nos últimos 20 anos

Admite-se haver uma crescente vinculação dos processos formativos da educação superior ao mercado de trabalho, tendo em vista as demandas por ampliação desse nível de ensino superior por grupos sociais que sempre estiveram marginalizados na vida acadêmica (Mari, 2006). Isso se processa em meio à pressão

*A expansão da pós-graduação e a modalidade de mestrados profissionais:
como transcorreu a evolução da oferta?*

sobre os orçamentos públicos e a alocação desses recursos, além da subordinação das instituições universitárias às orientações das agências de desenvolvimento, por exemplo, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OCDE.

Ademais, esta articulação se revela apoiada epistemologicamente na sociedade do conhecimento, cujos princípios do campo da economia desenham os traços da educação superior, pautada sobretudo nos conceitos de mercado, como produto, eficácia, eficiência, resultado e investimento produtivo. (Mari; 2009, Dias Sobrinho, 2005).

A educação superior privada tem sido objeto de interesse do capital internacional, o que tem movimentado o mercado internacional num processo conhecido na literatura como financeirização da educação superior brasileira (Chaves, 2016), em que grupos empresariais passam a ingressar no mercado de ações, caso da Kroton, Estácio de Sá, Laureate Education. O foco desses grupos é a gestão profissionalizada e a obtenção de lucros, pois os alunos passam a ser vistos como clientes, o que impulsiona essas empresas a investir em estratégias de marketing e comercialização.

O incentivo à diversificação institucional e diferenciação na oferta expresso em distintos marcos regulatórios, como é o caso das orientações dos organismos multilaterais, têm possibilitado a adoção de orientações que sinalizam para redução do tempo de formação, maior flexibilidade dos currículos, além do estímulo às práticas de estudo independente, que podem ocorrer em outros ambientes que não o institucional, com o uso de novas tecnologias. (Camargo, 2009).

Essas tendências têm contribuído para a revisão no modelo ideal de formação e de universidade, e com isso se acentua o entendimento de que as atividades de ensino, pesquisa e extensão precisam expressar indicadores quantitativos que possam demonstrar o impacto econômico e social positivo das atividades desenvolvidas no contexto social no qual estão inseridas, conforme apontam McCowam e Schendel (2015), e do novo padrão de universidade, em um mundo globalizado. (Chizzotti, 2014).

A tendência à internacionalização da educação superior, considerada estratégica, é um dos eixos norteadores da avaliação da pós-graduação brasileira pela CAPES, e vem sendo considerada como indicativo de excelência.

Entretanto, segundo Maués e Andrade (2020), é preciso explicitar o entendimento acerca do termo internacionalização encontrado na literatura com diferentes acepções. Para Azevedo (2015), ora se aproxima de valores relacionados à solidariedade e à interculturalidade, visa fins comuns, respeita a diversidade cultural e visa a promoção da solidariedade entre os povos; ora se aproxima da ideia de transnacionalização, geralmente associada a processos de mercadorização (*commodification*) da educação superior.

Thiengo (2019), ao discutir a pós-graduação enquanto ‘coração’ da excelência, argumenta que esta tem sido desenhada por políticas indutoras de pesquisa, encaminhadas por convênios e editais, cujo conhecimento produzido deve ser o conhecimento matéria-prima, objetivando aumentar a produtividade do capital e da competitividade econômica do país. Esta lógica, conforme a autora, inclui a pós-graduação brasileira na direção à *World Class University* (Universidade de Classe Mundial), adquirindo novos contornos alinhados às diretrizes mercantis, em que a excelência aparece como complementaridade ao processo de expansão da educação superior.

Quanto à pós-graduação *stricto sensu*, Silva Júnior e Kato (2018) destacam o papel dos Planos Nacionais de Pós Graduação (PNPG’s) no cumprimento do planejamento e da indução de políticas públicas, que articulem historicamente as exigências do desenvolvimento das forças produtivas com a realidade político-institucional vivida pelo país em cada um desses períodos.

No que pese ao V Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020), os autores enfatizam, enquanto aspectos significativos na relação universidade e sociedade, a necessidade de redução temporal entre a produção de conhecimento e sua apropriação pública, além do incentivo à participação das instituições universitárias na formulação e implementação de metas nacionais de desenvolvimento (Silva Júnior; Kato, 2018, p. 17).

Na análise desses documentos, os autores apontam ainda a necessidade de maior sinergia entre o ensino de pós-graduação e a sociedade, além da aproximação entre pós-graduação e educação básica, o que demandaria uma expansão das matrículas da educação superior não somente em nível de graduação como também da pós-graduação *stricto sensu*, pois a pós-graduação *lato sensu* tem sido direcionada

*A expansão da pós-graduação e a modalidade de mestrados profissionais:
como transcorreu a evolução da oferta?*

aos setores da sociedade mais excluídos, com vistas à atuação nos espaços empresariais de maior exploração e menor exigência técnica.

No cenário do novo PNPG (2024-2028), apresentam-se grandes desafios para educação brasileira, como favorecimento à ampliação da diversidade, inclusão, redução de assimetrias regionais e estaduais, e expansão do sistema. Os indicadores educacionais demonstram ainda um número ínfimo na pós-graduação direcionada aos povos negros e indígenas e demais povos amazônidas, e para os quais comprovadamente há os menores números de programas e cursos no nível superior.

No tocante aos mestrados e doutorados profissionais, segundo a CAPES (2023), a evolução da oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* por nível/modalidade (Brasil, 2013 – 2022) apresenta uma taxa de 8.700%, distanciando-se dos programas de cunho acadêmico que perfazem taxa de apenas 25%. A tendência é majorar esse índice no novo PNPG (2024-2028), no eixo de prioridades, cuja proposição é atrair egressos das licenciaturas para a pós-graduação *stricto sensu*, especialmente na modalidade profissional, com o aumento da oferta de bolsas.

Constata-se que no V PNPG essa tendência foi o marco de expansão da pós-graduação *stricto sensu* e o crescimento dos mestrados e de doutorados profissionais. A certificação no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, em especial os mestrados e doutorados profissionais, configurou novas arquiteturas acadêmicas (pelo seu caráter institucional e organizacional), sendo intensificadas com o aumento dos atos normativos a partir da aprovação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996, inclusive na educação superior e nos marcos regulatórios do novo PNPG (2024-2028).

O Mestrado Profissional, modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, começou a ser desenhada ainda na década de 1990 nos documentos, como o “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Nível de Mestrado” (Brasil, 2005), o qual estabeleceu procedimentos apropriados à recomendação, ao acompanhamento e à avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional.

De lá para cá, inúmeras regulamentações têm sido implementadas (Portaria nº 17 de 28.12.2009, nº 389 de 23.03.2017, nº 131 de 28.06.2017 e nº 60 de 20.03.2019), a exemplo, aquelas acerca da constituição do corpo docente, da articulação entre

ensino, pesquisa e o setor produtivo, da estrutura curricular diferenciada, em especial sobre a natureza do trabalho final de curso.

É ainda recorrente o estímulo a alternativas de financiamento, além daquelas obtidas mediante fundo público, como autofinanciamento, parcerias e convênios com o setor privado, sobretudo para cursos voltados para atender demandas do mercado.

De modo geral, esses cursos se concentram na formação pós-graduada de natureza profissional, possibilitam ao seu egresso a utilização de procedimentos metodológicos e científicos, para incorporarem as produções que decorrem do avanço científico e tecnológico, bem como o uso de novas tecnologias preferencialmente, o que contribui para maior aproximação das instituições universitárias dos setores empresariais.

3. A expansão da pós-graduação *stricto sensu* e o crescimento dos mestrados profissionais na realidade brasileira

Ratifica-se que a educação superior brasileira tem sido conduzida por uma lógica mercantilizada, a qual impõe os objetivos econômicos como fio condutor das ações no referido segmento. Ancorada nessa conjuntura, nas últimas décadas, houve um aumento de atos legais responsáveis pelas novas arquiteturas acadêmicas, que, para Franco *et al.* (2010), correspondem a mudanças mundiais no campo da Educação Superior, impondo necessidades expansionistas a fim de atenderem aos padrões de referência internacional.

A definição dos autores acerca das estruturas acadêmicas nos permite compreender a estreita relação desse conceito com os princípios norteadores da epistemologia mercantil (Silva Júnior; Kato, 2018), o que pode justificar a emergência dos Mestrados Profissionais enquanto modalidade de pós-graduação *stricto sensu* em pleno processo de expansão.

Na tabela 1, pode ser observado o crescimento das matrículas em programas de pós-graduação no Brasil para mestrado acadêmico, doutorado acadêmico e mestrado profissional, no período compreendido entre os anos de 2013 a 2022, com forte influência dos marcos regulatórios na diversificação desse nível de ensino.

A expansão da pós-graduação e a modalidade de mestrados profissionais:
como transcorreu a evolução da oferta?

Tabela 1 - Matrículas em Programas de Pós-Graduação no Brasil (2013 a 2022)

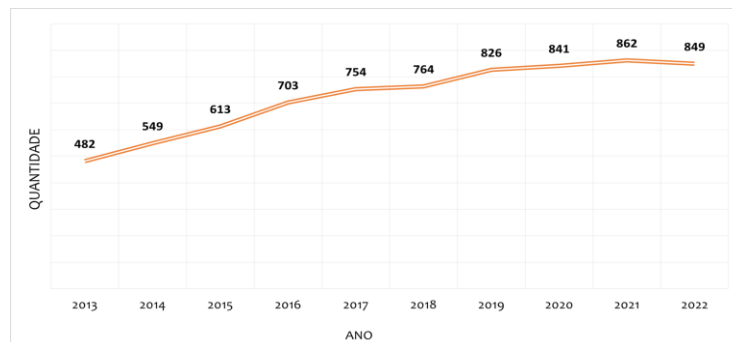
Ano	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	% MP	Total
2013	109.720	88.337	20.728	9,47%	218.785
2014	114.341	95.383	25.236	10,74%	234.960
2015	120.050	102.207	28.384	11,32%	250.641
2016	126.436	107.640	32.742	12,27%	266.818
2017	126.503	111.383	37.411	13,59%	275.297
2018	128.866	114.390	42.033	14,73%	285.289
2019	130.471	118.122	43.825	14,99%	292.418
2020	136.194	124.530	44.168	14,49%	304.892
2021	145.422	131.832	46.611	14,39%	323.865
2022	142.697	131.232	49.552	15,32%	323.481
2013-2022 %	30%	49%	139%	62%	48%

Fonte: Elaboração das autoras, com base no GEOCAPES (2022).

Os dados acima expressam a evolução das matrículas desde o ano de 2013, quando dos programas de pós-graduação *stricto sensu* é na ordem de 48%, a variação percentual nos programas com mestrados profissionais é de 139%, considerada significativa em relação a outras modalidades de programas.

Outro dado pesquisado expressa o total de programas que oferecem mestrados profissionais no Brasil no ano de 2022. O que se verifica é a seguinte evolução entre 2013 a 2022:

Gráfico 1 - Evolução dos Mestrados Profissionais entre 2013 a 2022



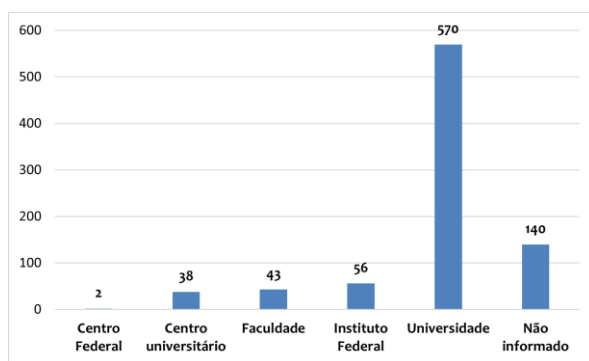
Fonte: Elaboração das autoras, com base na Plataforma Sucupira / GEOCAPES (2022).

No período analisado, a evolução se mostra constante quanto à oferta dos mestrados profissionais; talvez a oferta conjunta com os mestrados acadêmicos tenha colaborado para o aumento dessa modalidade de pós-graduação *stricto sensu*.

A partir de 2022, é possível verificar um ligeiro decréscimo, inferido como reflexo dos efeitos da Emenda Constitucional nº 95/2016 e do movimento de desmonte das políticas públicas de educação superior pública (Araújo; Macedo, 2022), sobretudo no governo Bolsonaro com a lógica escancarada da privatização (Chaves; Guimarães; Reis, 2022).

Devido à quantidade expressiva de mestrados profissionais, considera-se pertinente ilustrar graficamente a caracterização desses cursos a partir da organização acadêmica das instituições responsáveis pela oferta.

Gráfico 2 - Mestrados Profissionais no Brasil por Organização Acadêmica em 2022



Fonte: Elaboração das autoras, com base na Plataforma Sucupira/Dados Abertos/CAPES(2022)

No ano de 2022, dentre os programas de mestrados profissionais registrados no Brasil, no que diz respeito à organização acadêmica, observaram-se os seguintes pontos: inicialmente, atesta-se um predomínio da oferta em programas vinculados às universidades (570); em segundo lugar, com 140 programas, constata-se a oferta desses cursos por instituições que não informaram a organização acadêmica, e de modo geral, diferem daquelas indicadas no Decreto nº 9.235/2017^{iv} (Brasil, 2017); os institutos federais com 56 programas, os centros universitários com 38 programas, faculdade, com 43 programas, e apenas 2 programas em centros federais de educação.

*A expansão da pós-graduação e a modalidade de mestrados profissionais:
como transcorreu a evolução da oferta?*

Esse levantamento reforça o predomínio da oferta desses cursos por instituições universitárias, as quais, em um primeiro momento tinham restrições, tendo em vista a lógica mercantil que sustentou o surgimento dessa modalidade de curso *stricto sensu* (Moraes, 2023).

Corroboram também com esta análise, Noma e Lima (2009), ao mencionarem que as instituições públicas, como a universidade, sobretudo após a reforma de 1990, passaram a operar com base nas orientações do mercado, configurando-as como flexíveis e adaptáveis, bem como importando as necessidades dos clientes empresariais.

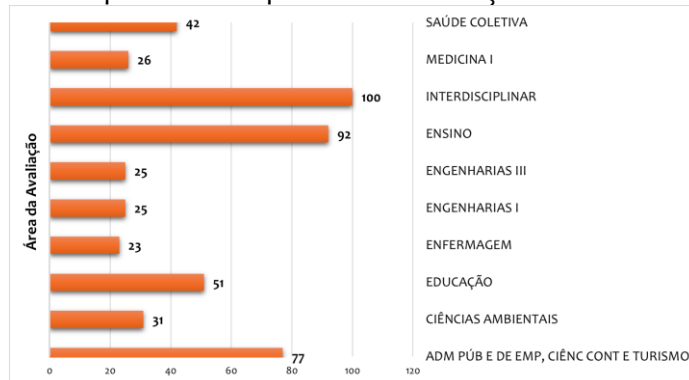
Chaves (2005,2009) anuncia esta mesma perspectiva, explicando que determinações históricas, a exemplo, a Reforma de 1990, condicionaram a universidade a captar recursos com objetivo de aumentar sua receita e a criar uma mentalidade produtivista e pragmática, que passou a orientar a institucionalização de novos hábitos e práticas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (Chaves, 2009).

Por esta lógica, Carvalho e Silva Júnior (2017) pontuam que uma das diretrizes do sistema de pós-graduação é o esforço de diferenciação institucional entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e o incentivo de uma formação voltada para atividades extra-acadêmicas, destacando-se, segundo os autores, o fomento à criação de mestrados profissionais.

Chama atenção a oferta de 140 programas que não informaram a natureza da organização acadêmica, as quais incluem variadas instituições, a saber, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (área de avaliação em Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo), Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo (área de avaliação em Saúde Coletiva), Escola de Guerra Naval (área de avaliação em Ciência Política e Relações Internacionais), Instituto Tecnológico Vale (área de avaliação em Ciências Ambientais), Museu de Astronomia e Ciências afins (área de avaliação Comunicação e Informação), dentre outras instituições, confirmando assim a diversificação institucional estimulada pelas políticas de educação superior.

Outra variável analisada é a oferta de mestrados profissionais por área de avaliação, conforme a Capes. Para melhor expor essa situação, segue indicada a oferta desses cursos por área, incluindo as dez áreas com maior oferta.

Gráfico 3 - Mestrados profissionais por área de avaliação e maior incidência na oferta



Fonte: Elaboração das autoras, com base na Plataforma Sucupira/GEOCAPES (2022)

De um total de 849 cursos de mestrado profissional, a área com maior oferta desses cursos, é a Interdisciplinar (11,77%). Em segundo lugar, está a área de Ensino (10,83%); ocupando a terceira posição está a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (9,06%); em seguida, a área de Educação (6%) e a área da Saúde coletiva (4,94%); com percentuais abaixo de 4%, estão as áreas de Ciências Ambientais, Medicina I, Engenharias I e III e Enfermagem.

Como é possível perceber, a maior incidência de mestrados profissionais é na área Interdisciplinar, que, de acordo com o documento orientador da área na CAPES, “os programas já consolidados na Área apresentam desempenho equivalente aos de centros interdisciplinares internacionais de excelência” (CAPES, 2019, p. 9), pressupondo o alinhamento com a lógica que rege a World Class University (Universidade de Classe Mundial), sendo as universidades avaliadas por indicadores fomentadores da busca por excelência. Para Thiengo e Bianchetti (2018), esse procedimento se revela como uma ideologia da excelência que se expressa no aprofundamento da diferenciação da/na educação superior e da rendição ao mercado.

No caso da área de Ensino, é importante destacar a atuação da CAPES como indutora de formação inicial e continuada aos profissionais do magistério (Brasil, 2007), trazendo à tona a oportunidade para professores da educação básica cursarem um mestrado (Moraes, 2023), promovendo assim atendimento formativo

*A expansão da pós-graduação e a modalidade de mestrados profissionais:
como transcorreu a evolução da oferta?*

aos professores em exercício, cujo foco se revela por meio dos aspectos essenciais, tais quais o ensino, a aprendizagem, o currículo, a avaliação e o sistema escolar (Moreira, 2004).

Nesta perspectiva, percebe-se a ancoragem da criação do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB), criado em 2011, sob a responsabilidade da Capes (Brasil, 2011), voltado para a qualificação dos docentes da educação básica. Desde a sua criação o número de programas vem crescendo e hoje contempla 12 programas vinculados às áreas de ciências exatas e da terra, ciências humanas, linguística/artes, ciências biológicas e educação inclusiva.

O PROEB, atualmente regulamentado pela portaria CAPES nº 207 de 04/07/2024, no âmbito da expansão dos Mestrados Profissionais, consolida a ação formadora de docente da CAPES, a qual, enquanto instituição reguladora não está deslocada das orientações de ordem global, sobretudo às dos organismos internacionais, que buscam como metas do milênio formar docentes, cuja base de conhecimento esteja alinhada ao mercado (Thiengo; Mari, 2014).

A partir dos dados apresentados, a expansão da pós-graduação *stricto sensu*, sob a ótica dos mestrados profissionais pode ser assim sintetizada: ampliação das matrículas no período de 2013 a 2022 é na ordem de 62%, pois o *status* jurídico dessa oferta ainda é predominante na esfera pública federal. Do total de mestrados profissionais (18,48%), considerando a oferta de cursos *stricto sensu* em que predomina o formato acadêmico, a oferta prioritária em áreas de conhecimento, como Interdisciplinar, Ensino, Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Educação e Saúde Coletiva, expressa proximidade com a oferta que ocorre na graduação. Outra tendência de ampliação importante pode ser identificada em áreas com demandas profissionais de setores fundamentais, tais quais as Engenharias, Medicina e Enfermagem.

Essas constatações apontam para a necessidade de ampliar e consolidar as avaliações e pesquisas sobre os mestrados profissionais, perspectiva formativa que ganha força no contexto das políticas educacionais focadas na aproximação dos processos formativos com as necessidades das organizações produtivas e

econômicas, seja das empresas, seja de setores distintos, caso da formação de professores na realidade brasileira.

4. Considerações finais

De modo geral, é possível afirmar a aproximação da pós-graduação *stricto sensu* às necessidades do mercado, lógica que orienta a concepção desses cursos em nível de pós-graduação, e, por algum motivo, não tem se restringido somente aos mestrados profissionais, podendo ser conferida em outros formatos mesmo em mestrados e doutorados acadêmicos.

Pode-se perceber que a expansão desses cursos continuará a ocorrer, em áreas do conhecimento com maior oferta em nível de graduação, por exemplo, Formação de professores, Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, além da consolidação das áreas de conhecimento interdisciplinar, sobretudo em regiões brasileiras ou em instituições que ainda não dispõem de massa crítica para composição de corpo docente, segundo as exigências postas nos marcos regulatórios. Outra tendência sinaliza para o crescimento em área de conhecimento com maior vínculo com o processo produtivo, como enfermagem e as engenharias.

É possível prever a continuidade da expansão dessas novas arquiteturas acadêmicas, com destaque aos mestrados profissionais, pois novos marcos regulatórios favorecem essa ampliação, mediante maior oferta de vagas pelo PROEB, ou com possibilidade de oferta na modalidade a distância (226ª reunião do CTC/ES Mestrado Profissional em Energia e Sociedade/CEFET RJ), o que propicia comercialmente interessante ampliação dessa oferta e, conseqüentemente, obtenção de lucros, opção rentável que privilegia a lógica custo-benefício.

Referências

- AMARAL, Nelson Cardoso. A dimensão ultraliberal do grupo no poder federal está expressa na PEC 188/2019-Senado. Um desastre para as Políticas Sociais Brasileiras. In: GIOLO, J. LEHER, Roberto. SGUISSARDI, Valdemar. **Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado**. São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020. Disponível em: <https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se>.
- ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; MACEDO, Marconi Neves. O desmonte da educação superior no governo Bolsonaro. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/358>. Acesso em: 20 jul. 2020

*A expansão da pós-graduação e a modalidade de mestrados profissionais:
como transcorreu a evolução da oferta?*

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. **Crítica Educativa**, v. 1, n. 1, p. 56-79, 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95/2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 241, p. 2, 16 dez. 2016.

BRASIL. Decreto nº 9.235/2017, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 241, p. 2-9, 18 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 133, p. 5, 12 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa Capes nº 209, de 21 de outubro de 2011. Aprova o Regulamento do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB). **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, n. 206, p. 14, 26 de out de 2011.

BRASIL. Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. Determina a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional. **Revista Brasileira da Pós-Graduação - RBPG**, Brasília, v. 2, n.4, p. 147-148, jul. 2005.

BRASIL. Portaria nº 80 de 16/12/1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 jan. 1999.

BRASIL. Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o Mestrado Profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 20-21, 29 dez. 2009.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o Mestrado Profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 58, p. 61, 24 mar. 2017.

BRASIL. Portaria Normativa nº 131, de 28 de junho de 2017. Dispõe sobre o Mestrado Profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 124, p. 17, 30 jun. 2017.

BRASIL. Portaria Normativa nº 60, de 20 de março de 2019. Dispõe sobre o Mestrado Profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 56, p. 26, 22 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa Capes nº 207, de 04 de julho de 2024. Regulamenta o Programa de Pós-Graduação stricto sensu para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB). **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, n. 133, p. 85, 12 de jul de 2024.

CABRAL NETO, Antônio. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 7-40, jan./abr. 2012.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de. O princípio da flexibilização curricular. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRAL NETO, Antônio; NASCIMENTO, Ilma Vieira. (orgs.). **Políticas da educação superior no Brasil**. Velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009. p. 211-225.

CAMARGO, Arlete Maria Monte; MORAES, Mary Ellen Costa; MAULER, Isalu CAVALCANTE MAULER Os Mestrados profissionais e as novas arquiteturas acadêmicas no contexto de expansão da pós-graduação stricto sensu brasileira. **Anais da 39ª Reunião Anual da Anped**. Universidade Federal Fluminense. 20 a 24 de outubro de 2019. Niterói - RJ. ISSN 2447-2808.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Pesquisa, pós-graduação e conhecimento-mercadoria aplicada no Brasil. **EccoS–Revista Científica**, n. 44, p. 23-42, 2017.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGOS, Esther Solano. (org.) **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 41-45.

CENTRO DE ESTUDOS SOCIEDADE, UNIVERSIDADE E CIÊNCIA. **Dados Abertos e Orçamento Público: Ferramentas para a Democracia**. Youtube, 30 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QYpyooQTC-E>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob **As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA**. 2005. 436f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2005.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Parceria público-privada na gestão da universidade pública brasileira. **Cadernos de Educação**, n. 33, 2009.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; GUIMARÃES, André Rodrigues; REIS, Luiz Fernando. A privatização do estado brasileiro e o financiamento das universidades e da ciência & tecnologia no governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, n. 1, 2022.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão, mercantilização e financierização da educação superior privado-mercantil no Brasil. In: **6a. Conferência da FORGES**, 2016, Campinas. Para que(m) servem a Universidade e as Instituições de ensino superior? Balanços, proposições e desafios acerca do papel das IES no século XXI. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. v. 1. p. 1-14.

CHIZZOTTI, Antonio. Expansão superior e o mercado de serviços educacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 01 jan/abr. 2014 Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em janeiro de 2019.

*A expansão da pós-graduação e a modalidade de mestrados profissionais:
como transcorreu a evolução da oferta?*

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Programas da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil 2017**. Disponível em: <<https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/coleta-de-dados-programas-da-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil-2017>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2024 - 2028** | Versão preliminar . Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento orientador de APCN: Área: Interdisciplinar**. Brasília, DF: CAPES, 2019.

DAL PAI FRANCO, Maria Estela; MOROSINI, Marília Costa. Arquiteturas acadêmicas na educação superior. In: SEGENREICH, S. C. D. (org.). **Organização Institucional e Acadêmica na expansão da educação superior**. Glossário. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2017.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa; OLIVEN, Arabela Campos; DEUS, Maria Alba Pereira de; ZANETTINI RIBEIRO, Cristina. Expansão da educação superior e arquiteturas acadêmicas: tensões e desafios. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, v. 30, p. 117-139, jul./dez. 2010.

LESSARD, Claude; CARPENTIER, Anyléne. **Políticas educativas**. A aplicação na prática. Petrópolis, Vozes, 2016.

MARI, Cezar Luiz de. **Sociedade do conhecimento e educação superior na década de 1990: o Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de Midas**. 2006. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARI, Cezar Luiz de. Educação Superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 14, n. 1, 2009.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Regulação educacional, formação e trabalho docente. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 20, n. 44, 2009. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicações/eae/arquivos/1532/1532.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MAUÉS, Olgaíses; ANDRADE, Antonia. A internacionalização dos programas de pós-graduação em educação na Região Norte do Brasil: políticas, estratégias e ações. **Educação Temática Digital** Campinas, SP v.22 n.3 p. 651-671 jul./set.2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1676-25922020000300651&script=sci_arttext. Acesso: 25 jul 2024

McCOWAN, Tristan.; SCHENDEL, Rebeca. A mudança do papel da universidade e seu impacto na sociedade em países de baixa renda. In: SILVA JUNIOR; João dos Reis; SOUSA, José Vieira; AZEVEDO; Mário Luiz Neves de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob.

Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputa.

Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

MORAES, Mary Ellen Costa. **Mestrado Profissional em Ensino: a Inovação Educacional no Processo de Formação Docente.** 2023. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2023.

MOREIRA, Marco Antonio. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 1, 2004.

NOMA, Amélia Kimiko; LIMA, Aparecida do Carmo. Reforma do Estado e da educação dos anos 1990. **Roteiro**, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João. **Trabalho intensificado nas Federais: pós-graduação e produtividade acadêmica.** 1. ed. Uberlândia: Navegando, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.29388/978-85-53111-16-9>.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis.; KATO, Fabíola Bouth Grello. A política de internacionalização da educação superior no Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2020). In: SILVA JUNIOR, João dos Reis; SOUSA, José Vieira; AZEVEDO; M.L.N.de; CHAVES, V.L.J. **Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputa.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; KATO, Fabíola Bouth Grello. A Política de Internacionalização da Pós-Graduação stricto sensu brasileira: breves considerações sobre a atual política da Capes. FERREIRA, Valdivina Alves (ORG.) **Políticas e avaliação da Pós-Graduação stricto sensu:** da inserção social local à internacionalização. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade ; Universidade Católica de Brasília, 2018. p. 17-35.

THIENGO, Lara Carlette; MARI, Cezar Luiz de. Expressões da educação superior nos anos 2000: uma análise discursivo-crítica de documentos do Banco Mundial. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 36, n. 1, p. 53-61, 2014.

THIENGO, Lara Carlette; BIANCHETTI, Lucídio. Universidades de classe mundial e a ideologia da excelência: tendências globais e locais. **Educação em Perspectiva**, v. 9, n. 2, p. 241-258, 2018.

THIENGO, Lara Carlette. **Universidades de classe mundial ou o fim da universidade como Universitas.** Campinas: Mercado de Letras, 2019.

Notas

ⁱ Este artigo teve por base comunicação apresentada 39ª Reunião Anual da Anped, no GT 11 sobre os mestrados profissionais e as novas arquiteturas acadêmicas e a expansão da pós-graduação stricto sensu brasileira.

ⁱⁱ Artigo vinculado ao Projeto integrado da rede Universitas/Br.

ⁱⁱⁱ Disponível em < <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> >. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

^{iv} Trata das organizações acadêmicas credenciadas para oferta de cursos superiores de graduação: faculdades; centros universitários; e universidades.

Sobre as autoras

Arlete Maria Monte de Camargo

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Titular Aposentada da Universidade Federal do Pará, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Formação de Professores, Trabalho Docente Teorias e Práticas Educacionais na condição de professora visitante. [Email: acamargo@ufpa.br](mailto:acamargo@ufpa.br), [Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5209-9693](https://orcid.org/0000-0002-5209-9693)

Mary Ellen Costa Moraes

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Mestra em Gestão Pública pela UFPA. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa de Política Educacional, formação e trabalho docente - GESTRADO. Técnica em Assuntos Educacionais da UFPA. E-mail: maryc@ufpa.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1515-127X>

Antonia Costa Andrade

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, com Pós-doutorado em Educação pela UFPA. Professora titular da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIFAP. Presidente da ANPAE/AP. Coordenadora do Comitê Amapá da Rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. E-mail: antonia@unifap.br, [Orcid: http://orcid.org/0000-0002-4527-8562](http://orcid.org/0000-0002-4527-8562)

Recebido em: 04/09/2024

Aceito para publicação em: 04/10/2024